

29 SET 1989

Quando ninguém se entende

O nervosismo não é apenas do mercado; o próprio governo está desinquieto e não sabe como desfazer a impressão, que começa a transformar-se em certeza, de que lentamente perde o comando da economia. Prova evidente desse nervosismo é a declaração colhida na comitiva presidencial aos Estados Unidos, de que a alta do dólar e do ouro, nesta semana, foi provocada pelos especuladores, quando não inspirada pelos banqueiros, em represália à Medida Provisória assinada pelo presidente da Câmara, no exercício da Presidência da República, reduzindo para 48 horas o prazo de permanência dos depósitos vinculados ao FGTS nos bancos privados. Quando se busca um bode expiatório tão à mão como o sistema bancário, é porque, realmente, não se sabe mais como explicar a sensação de que o terreno está fuginho sob os pés.

Não apenas aí se detecta o nervosismo do governo. É só ler o noticiário dos jornais para verificar que nem mesmo aqueles que até ontem se entendiam parecem estar hoje de acordo. Há dias, no Ministério da Fazenda, admitiu-se que seria possível rever o processo de recomposição das tarifas públicas, maneira eficaz — justificava-se — de conter a explosão inflacionária. A informação foi confirmada, depois, pelo ministro-chefe do Gabinete Civil e logo depois negada na Seplan, que continua trabalhando com a instrução anterior, pela qual a recomposição das tarifas públicas seria feita mediante a aplicação de índices de reajuste suportados aos da inflação.

No tocante ao congelamento de preços, que o governo todo se encarregou de desmentir com grande alarde, o estado de espírito é o mesmo. O ministro Costa Couto desmente; o senador Marcondes Gadelha, íntimo do Planalto, diz que não virá por culpa da imprensa; na Seplan, admite-se a possibilidade de o governo voltar a controlar preços setorialmente, embora se afastando a hipótese do congelamento.

O nervosismo é grande e para disfarçá-lo culpam-se os bancos privados. É mais fácil do que admitir, como o fez o ministro Saulo Ramos na carta que nos enviou, que dentro do governo há focos de insubordinação que trabalham contra este ou aquele ministro.

Na verdade, o nervosismo explica-se facilmente: os homens que estão no poder não sabem mais que fazer para conter a desvalorização da moeda. Pior do que isso, não conseguem esconder do público a falta de coordenação que voltou a imperar no Executivo. Por isso é que se mostram tão susceptíveis às críticas e não admitem que a imprensa, na esteira do que se diz e especula nos ministérios, faça suas apreciações sobre a evolução das coisas. Até agora, os que estão no poder só souberam agir com base nos instrumentos coercitivos do congelamento ou do controle de preços, porque os mecanismos de mercado nunca lhes pareceram aptos a resolver a crise inflacionária. Quando o congelamento e o controle revelam-se ineficazes, como se revelaram, porque desorganizam a economia, mostram-se atarantados e procuram nova saída, ainda que seja à custa de especulações que deixam o mercado aturdido. Para eximir-se da responsabilidade, dizem que são os especuladores e os banqueiros os responsáveis por sua indecisão. Assim é fácil governar...

Na questão das tarifas dos serviços públicos, verifica-se a total incapacidade de o Executivo adotar uma política coerente. O problema é complexo, tanto mais quanto se está tocando nas famosas "catedrais", no asilo inviolável da oligarquia: petróleo, aço, eletricidade, cujos preços em boa parte comandam a economia como um todo. Navegando no rastro do populismo estatizante, a Novíssima República, com seus famosos planos, decidiu que os investimentos necessários na área viriam pelas graças do Senhor — e congelou os preços. Quando se verificou que o Espírito Santo só pode orientar o

Sacro Colégio na escolha do papa, decidiu-se reajustar tarifas desatualizadas. O resultado foi a grita dos consumidores particulares. Elas foram, então, congeladas — e houve planos suficientes para levar as empresas à esquizofrenia. Depois quando se tomou consciência de que são necessários investimentos, decidiu-se que a recomposição das tarifas seria feita por assim dizer em marcha batida. Como a inflação chegou aos 35%, decidiu-se o contrário — sempre pensando em termos de populismo, de congelamento, de controle, nunca de mercado. É curioso, a esse respeito, que os donos do poder só percebam os danos que o congelamento (ou o controle de preços) causa à economia quando se trata de empresas estatais. A frase do ministro Costa Couto, negando a existência de novo plano, é ilustrativa a esse respeito: "Congelar tarifas é matar as estatais". Poder-se-ia dizer que congelar preços é matar a empresa privada — mas com certeza quem participou de três planos não concordaria com essa verdade elementar.

O fundamental a reter dessa semana de nervosismo é que o governo está sem rumo, pela simples e boa razão de que não passa pela cabeça de nenhum de seus membros experimentar o único choque possível na economia, que é o de liberdade e mercado — que passa pela desregulamentação da economia e pela privatização das estatais. Desorientados, os donos do poder buscaram refúgio nas "catedrais" da oligarquia e por isso se recusam a pensar em entregar a economia às forças do mercado. O resultado é que não se faz coisa alguma para impedir a progressiva queda de prestígio do Executivo — que se manifestou na última terça-feira, quando, para demonstrar que pode conter a alta do dólar e do ouro, o Banco Central comunicou aos investidores que recomprará na próxima semana os títulos que vão vencer no próximo ano...